



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis

ANO IV - Nº 40 - MAR. ABR. / 2007

IMPRESSO ESPECIAL

CONTRATO

nº 050200645-5 / 2002

ECT/DR/RJ

CRESS-7ª Região

Lei Maria da Penha garante avanços na luta contra a violência doméstica

Vários debates e eventos estão sendo realizados para analisar e ampliar o conhecimento sobre a Lei 11.340 que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher. A conquista foi comemorada no Dia Internacional da Mulher. A saúde da população feminina também mereceu destaque, já que o Governo Federal lançou o Plano de Enfrentamento da Feminização da Aids e outras DST. Nas páginas centrais, a assistente social Marisa Chaves e a enfermeira Isabel Cruz opinam sobre os temas em questão.



Opinião

Cress lança documento sobre a redução da maioria penal

A direção do Cress/RJ decidiu tornar pública nota com posição contrária à redução da maioria penal, que só agravará a violência na sociedade brasileira. Também elaborou um texto para ser enviado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. **Pág. 8**

Mês do Assistente Social

Suplemento Especial

Junto com esta edição, em comemoração ao Dia do Assistente Social, segue um suplemento especial com um cartaz para a categoria e toda a programação do mês de maio. Saiba como participar dos eventos e fique ligado no prazo para as inscrições dos mini-cursos realizados tradicionalmente pelo Cress/RJ de forma descentralizada por todo Estado do Rio de Janeiro.



Editorial

Você recebe esta edição do Práxis entre dois meses em que se comemoraram datas importantes para o Serviço Social, das quais destacamos duas. A primeira delas diz respeito às comemorações do Dia Internacional da Mulher. A mídia e o comércio já disputam a data como dia de presentes e compras e também há estudos que afirmam que nunca existiu a greve que marcou historicamente o dia 8 de março. De qualquer forma, a data é, adequadamente, associada às lutas das mulheres por igualdade de gênero, direitos civis, políticos e sociais, políticas de saúde e educação para si e suas famílias entre tantas outras lutas.

Em 2007 uma nova conquista foi a promulgação da Lei Maria da Penha, que coloca em outro patamar o debate sobre a violência contra a mulher, gerando políticas públicas para o encaminhamento de situações de violência e penalizando quaisquer que sejam estas absurdas situações de violência que há anos as mulheres estão submetidas.

A segunda data importante para nossa profissão é o Dia do Assistente Social. Há alguns anos, no Rio de Janeiro, já nos referimos ao Mês do Assistente Social. Afinal, é o período em que centenas (e até milhares) de profissionais e estudantes se encontram em cursos, debates, atividades que demonstram a vitalidade e o compromisso desta profissão com a efetivação do projeto ético-político da categoria.

Neste ano também comemoramos 50 anos de regulamentação do Serviço Social no Brasil. As atividades do mês de maio foram organizadas visando tratar os principais desafios profissionais atuais em nosso Estado, no Brasil e no mundo. Nesta edição, o leitor receberá um encarte especial com toda a programação do Mês do Assistente Social e um cartaz para divulgar a luta do Serviço Social pela ampliação e consolidação dos direitos.

Embora ainda sejamos uma profissão eminentemente feminina e grande parte da sociedade ainda nos associe à ajuda e à caridade, o fato é que o Serviço Social detém papel credenciado no campo da viabilização de direitos, o que exige de nós todos esforços no sentido de fortalecer a direção social que vem orientando a profissão nas últimas décadas.

A Diretoria

Informes

Dia Internacional do Serviço Social

Assistentes sociais de toda parte do mundo celebraram, no dia 27 de março, o Dia de Ação Internacional do Trabalho Social, promovido pela Federação Internacional de Trabalho Social (FITS), junto com 84 nações que integram o grupo. A ação teve como objetivo realçar o trabalho dos assistentes sociais que contribuem para ampliar os direitos das pessoas em todo o mundo.

Encontro debate "Depoimento sem Dano"

No dia 27 de abril, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e o Cress/RJ realizarão um encontro que tem por objetivo debater o chamado "Depoimento sem dano", criado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que afirma pretender promover a "proteção psicológica de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual durante um processo judicial".

Programação:**9h - "As equipes técnicas no judiciário: que relação é essa?"**

Coordenação: Heliana de Barros Conde - *Psicóloga, professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro*. **Palestrantes:** Andreia Cristina Alves Pequeno - *Presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ)*, Erika Piedade da Silva Santos - *CRP 05/20310 - Psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro*, Wanderlino Nogueira - *Procurador de Justiça aposentado e Consultor da ANCED-DCI (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - Seção Brasil do Defense for Children International)*.

14h - Depoimento "sem dano"?

Coordenação: Esther Arantes do Nascimento - *Psicóloga e membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia*. **Palestrantes:** Eliana Olinda Alves - *Psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro*, Glória Vargas - *Mestre em Serviço Social, Assistente Social do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e ex-coordenadora do Serviço Social da Vara da Infância e Juventude/Capital*, Carla Carvalho Leite - *Promotora de Justiça do Rio de Janeiro e Especialista em Direito da Criança e do Adolescente pela Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul*.

O evento acontecerá no Auditório do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Travessa do Paço, 23, Centro.

Seminário de Assistência Social: A política de assistência social e os desafios para o Século XXI

27 de abril de 2007

"Políticas de assistência social no Brasil: das grandes instituições sociais ao Sistema Único de Assistência Social" - 9h às 12h30

Coordenação: direção do Cress/RJ
Marilda Iamamoto - *professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ*;
Ana Lígia Gomes - *secretária nacional de assistência social*; **Debatadora:**
Mariléia Porfírio - *professora da Escola de Serviço Social da UFRJ*

"A gestão do SUAS no Estado do Rio de Janeiro e o significado da centralidade da família nas políticas públicas de assistência" - 14h às 17h30

Coordenação: assistente social da área da previdência
José Paulo Neto - *professor da Escola de Serviço Social da UFRJ*; Benedita da Silva - *secretária estadual de ação social e direitos humanos do Estado do Rio de Janeiro*; **Debatadora:** Mônica César - *professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*.

"Perspectivas da política de assistência social para o Século XXI: a contribuição de assistentes sociais e psicólogos" - 18h às 21h

Coordenação: assistente social da área da assistência
Ivanete Boschetti - *Conselho Federal de Serviço Social e representante do Conselho Regional de Psicologia*; **Debatadora:** Fátima Grave - *professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e conselheira do Cress/RJ*

Local: Capela Eumênica da Uerj

Inscrições gratuitas no local.

Organizadores: Comissão de Seguridade do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região e Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região

Serviço Social e Educação

O III Encontro Estadual de Serviço Social e Educação será realizado nos 14 e 15 de junho, na Uerj. A programação do primeiro dia abordará dois temas: "Educação e Direitos Humanos" e "Violência e Cultura na Educação". No segundo dia os temas tratados serão: "Serviço Social na Escola: a Interface da Educação e Assistência Social" e "Programas Sociais para a Juventude". Os interessados em apresentar pôster devem fazer a inscrição de 2 a 9 de maio, no Cress. Vale destacar que as inscrições para o evento serão gratuitas e realizadas no local. Mais informações no site www.cressrj.org.br

Mudança de telefone

Com o objetivo de prestar um melhor atendimento o Cress/RJ mudou o número dos telefones.

Geral - 3147-8787
Secretaria - 3147-8750
Orientação e fiscalização - 3147-8760
Registro e Anuidade - 3147-8770
Assessorias - 3147-8780

Cinema no Cress

O projeto Cinema no Cress está apresentando em sua programação de 2007 três ciclos temáticos: liberdade de orientação e expressão sexual, centralidade do trabalho e o assistente social no cinema. As sessões são gratuitas e acontecem no Auditório Hilda Corrêa de Oliveira (sede do Cress), às 18h. Após a projeção um convidado faz um bate-papo com o público. As sessões são abertas a qualquer pessoa interessada nos temas.

Para fechar o ciclo de liberdade de orientação e expressão sexual será apresentado o filme Transamérica (EUA, 2005), no dia 4 de maio. A convidada é Alessandra Ramos, Coordenadora do Grupo Arco-Iris.

Ciclo: Centralidade do trabalho

Junho - dia 01

O Corte - **Direção:** Costa-Gravas (França, Bélgica, Espanha, 2005); **Gênero:** Drama; **Convidado:** a confirmar

Julho - dia 06

Segunda-feira ao sol - **Direção:** Fernando León Aranoa (Espanha, 2003); **Gênero:** Drama - **Convidado:** a confirmar

Agosto - dia 03

Liam - **Direção:** Stephen Frears (Alemanha, França,

Inglaterra e Itália, 2000); **Gênero:** Drama; **Convidada:** Simone Lessa.

Ciclo: O assistente social no cinema

Setembro - dia 14

A maçã - **Direção:** Samira Makhmalbaf (França, 1998); **Gênero:** Drama; **Convidada:** Tânia Dahmer

Outubro - dia 05

Lilo & Stich (EUA, 2002) - **Direção:** Dean DeBlois, Chris Sanders; **Gênero:** Desenho animado; **Convidado:** Oswaldo Lopes Jr.

Novembro - dia 09

Uma lição de amor - **Direção:** Jessie Nelson (EUA,

Renúncia
O assistente social Francisco de Assis Rodrigues Mendes renunciou ao cargo de coordenador da Seccional de Volta Redonda. A nova coordenadora é Valéria Martins Barbosa.

2001); **Gênero:** Drama; **Convidado:** José Augusto Bisneto

Dezembro - dia 07

Ladybird, ladybird - **Sombras de um passado**
Direção: Ken Loach (Inglaterra, 1993); **Gênero:** Drama
Convidado: Mavi Rodrigues

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
- 7ª REGIÃO - Nº 40 - Março/Abril 2007

Suplentes: Fátima da Silva Grave, Orly Lopes Santos, Ana Lúcia G. Alcântara, Martha Fortuna Pereira Basto, Andrea Gonzaga de Oliveira, Lúcia da S. Soares e Célia Zuzart
Conselho Fiscal: Rosely Reis Lorenzato, Newvone Ferreira da Costa e Rodrigo G. Martins Andrade

Comissão de Comunicação e Cultura: Rodrigo Martins, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Michelle Moraes, Lúcia Soares e Leandro Rocha

Norte e Nordeste Fluminense

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro - **Telefax:** (22) 2723-9464
Coordenadora: Thais Tavares Bernardo
Tesoureira: Junia de Souza Elias
Secretária: Gisele Pereira Luiz.

Suplentes: Janaina Alves Monteiro, Leonardo Marques Pessanha e Marco Antonio Pedro Vieira

Sul Fluminense

Rua 25 -A, 23 s/802, Vila Santa Cecília
CEP 27261-050 - **Telefax:** (24) 3342-6886
Coordenador: Valéria Martins Barbosa
Tesoureira: Carolina G. F. Igreja
Secretária: Luiza Carla Cassemiro.
Suplentes: Armanda Pereira da Cruz

Journalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)

Design gráfico e ilustrações: Carlos D
Impressão: Tipológica - **Tiragem:** 10.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (21) 3147-8787
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

Acesse www.cressrj.org.br

Presidente: Andreia Cristina Alves Pequeno
Vice-Presidente: Marilise Vinagre
1ª Secretária: Renato Veloso
2ª Secretária: Roseli da Fonseca Rocha
1ª Tesoureira: Tânia Elisabete Gonçalves
2ª Tesoureira: Solange da Silva Moreira

Seccionais

Ações que marcaram o primeiro trimestre do ano

A atual gestão do Cress/RJ continua investindo em ações que visem a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social. A continuidade do Projeto “Cinema no Cress” com três ciclos distintos (veja programação com-pleta na página 2 desta edição) marca o interesse da diretoria em investir no debate de temas relevantes para a categoria através de produções culturais.

Com o aumento dos índices de violência no país, voltou a ser discutida

a possibilidade de reduzir a idade penal. O Cress tem se posicionado contra a redução da maioria penal e aumento do tempo de aprisionamento de adolescentes e por isso produziu dois documentos sobre o assunto. Um deles foi enviado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados (veja a íntegra do documento no site www.cressrj.org.br). O outro está reproduzido integralmente na última página desta edição. A presidente do Cress/RJ, Andreia Alves Pequeno, participou da mesa de abertura do evento comemorativo ao Dia Internacional da Mulher “O assistente social no TJ/RJ: o desafio de garantir direitos”, realizado no Tribunal de Justiça, sobre a violência doméstica sob o enfoque da Lei Maria da Penha (11.340).

Na esfera da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), vale registrar que os agentes fiscais já estão visitando todas as unidades de ensino, públicas e privadas, que possuem Curso de Serviço Social. A Cofi realizou, no mês de março, o evento devolutivo dos dados levantados nas visitas dos agentes fiscais às Promotorias do Ministério Público (RJ), onde havia lotação de assistentes sociais. O Cress estabeleceu uma parceria com o Conselho Regional de Psicologia, buscando a promoção conjunta de alguns eventos e de ações no campo da fiscalização do exercício profissional.

A Comissão de Educação do Cress promoveu um debate sobre “a atuação do assistente social no Pró-Jovem”, levando a experiência dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói. A abordagem desta questão terá continuidade nas próximas reuniões da Comissão, que acotecem na primeira terça-feira de cada mês.

Os diretores do Cress têm participado de palestras em instituições. A presidente do Cress Andreia Pequeno proferiu palestra na Unipli para o corpo discente sobre o papel do Cress na organização da categoria, nos dois turnos de funcionamento do curso. A conselheira Fátima Grave proferiu palestra sobre “Metodologia em Serviço Social” no curso de reciclagem dos técnicos da FIA. A conselheira Solange da Silva Moreira também deu palestra voltada para estagiários da Maternidade Praça XV, com a participação da agente fiscal Ângela Lima e do



Cress/RJ recebe visita de assistentes sociais portorriquenhos.

funcionário do Setor de Registro e Anuidade Marco Antônio de Almeida.

Conselhinho

A participação do Cress/RJ no “Conselhinho” não é nenhuma novidade. Há mais de dez anos as seguidas gestões eleitas para o Cress vem participando desse espaço que é um fórum onde se encontram todos os conselhos profissionais, com o objetivo de trocar informações sobre a gestão, discutir assuntos de interesse coletivo e encaminhar ações com o foco no fortalecimento e reconhecimento do papel social dessas entidades. Entre as últimas ações relevantes podem ser citados: a contestação ao Projeto de Lei sobre o Ato Médico, que motivou manifestações públicas contra o conteúdo do texto que impunha limitações à atuação interdisciplinar na saúde; a promoção de um fórum de debates, com representante do Tribunal de Contas, sobre a gestão dos conselhos e uma ação coletiva, junto aos órgãos públicos e empresas que organizam concursos públicos, a respeito do cumprimento do artigo da Constituição Estadual, que garante aos Conselhos Profissionais acompanharem os concursos públicos em todas as etapas. Vale destacar que as entidades que compõem o Conselhinho estão organizando um evento sobre formação profissional. A exemplo do colegiado dos Conselhos Profissionais Regionais, existe o colegiado dos Conselhos Federais, conhecido por Conselhão, que se reúne em Brasília.

A visita

A conselheira Newvone Ferreira da Costa, o assessor político Jefferson Lee de Souza Ruiz e o agente fiscal Elias Azevedo da Silva receberam a visita, no dia 15 de janeiro, de dois assistentes sociais de Porto Rico: Isabel Feliciano Giboycaux (diretora do Departamento de Trabajo Social da Universidad de Puerto Rico) e Odlanier Ojedá.

Segundo Newvone, o conhecimento com esses profissionais foi feito no Congresso de Escolas de Serviço Social, realizado no Chile, quando demonstraram interesse em conhecer o Cress e o sistema prisional do Rio de Janeiro. ■

Seccionais

Volta Redonda

A atual gestão da Seccional Sul Fluminense, com o objetivo de manter suas plataformas e dar continuidade, em 2007, às ações comprometidas com o projeto ético-político do Serviço Social e com o funcionamento político-administrativo da entidade, promoveu uma atividade em parceria com as unidades de ensino.

No dia 13 de março foi realizada uma visita institucional ao Centro Universitário Gerald di Biase, com intuito de conhecer as instalações do Departamento de Serviço Social e conhecer a nova turma. Os representantes da Seccional deram boas vindas aos futuros profissionais comprometidos com o projeto ético-político da profissão. Como resultado da visita, a Coordenação convidou a Seccional para as atividades do curso no decorrer do ano, como aula inaugural e eventos da Semana do Assistente Social, em maio.

O objetivo da visita institucional é estreitar as relações entre o meio acadêmico (formação universitária do país) e o Conselho Regional, órgãos esses responsáveis pela política de fiscalização e regulamentação do exercício profissional do Serviço Social. Esse intercâmbio abre novos caminhos para construção de conhecimentos e experiências concretas no decorrer da história profissional.

Campos dos Goytacazes

A seccional de Campos tem participado das reuniões do Conselho Comunitário de Segurança Pública, que já foram agendadas até o final de 2007.

Segundo a diretora Júnia Elias, representante da Seccional, as reuniões têm sido produtivas e sua participação tem sido direcionada às crianças e adolescentes em conflito com a lei e à questão vigente em Campos sobre os desabrigados pelas enchentes defendendo a perspectiva preventiva, política e educativa da segurança pública. Ela afirma que se não houver um projeto consistente sobre essa questão, as reuniões serão sempre de cunho imediatista e pontual. As últimas reuniões mensais foram realizadas nos dias 30 de janeiro, 27 de fevereiro e 29 de março, às 9h, na Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL).

Atividades das Assembléias Populares

A Seccional de Campos tem participado das reuniões das Assembléias Populares na Região Norte Fluminense, cujo objetivo é a criação de novos mecanismos de participação, implementação de conselhos, orçamento participativo, plebiscitos e referendos populares. Com tais objetivos, a proposta das Assembléias Populares visa discutir a preparação de um novo projeto de país em contraposição ao projeto neoliberal em voga. A proposta também visa identificar quais as bandeiras de luta que unificam entidades e os vários movimentos sociais, e que podem dar unidade às Assembléias Populares na região Norte Fluminense, possibilitando, assim, a construção de um calendário organizativo para linhas de ação conjunta e mobilização de novos militantes. À Seccional coube mobilizar os assistentes sociais, principalmente aqueles engajados em projetos sociais e comunitários, além de criar uma lista eletrônica para que os membros participantes das Assembléias populares pudessem se comunicar e divulgar as atividades a serem realizadas, decisão, esta, fruto das duas reuniões realizadas em 2006. Sobre a realização de uma ação conjunta que envolva o campo e a cidade, de caráter popular, foi proposto pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), nas primeiras reuniões de 2007, um acampamento na praça São Salvador (área central de Campos), como forma de expressão das reivindicações e denúncias das mulheres, apontando a implantação da delegacia da mulher e implementação de políticas públicas como demandas prioritárias. Após as diferentes análises, a assembléia decidiu na reunião do dia 8 de fevereiro do corrente ano, que seria viável, neste momento, a realização de uma Marcha de mulheres, no dia 8 de março, que contou com a participação dos referidos movimentos e dos sindicatos, diretórios e centros acadêmicos, Seccional de Campos e demais entidades.

Cinema no Cress

A diretoria da Seccional de Campos também está retomando o Projeto “Cinema no Cress” e convida os assistentes sociais e demais interessados a participarem. A entrada é franca. As sessões, nos meses de abril e maio, acontecerão, às 18h30, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Dr. Ari Viana. Rua José do Patrocínio, em frente à Universidade Federal Fluminense (UFF). Confira a programação:

Ciclo: Liberdade de orientação e expressão sexual

26 de abril (quinta-feira)

Meninos não choram
Direção: Kimberly Peirce (EUA, 1999)
Gênero: Drama
Convidada: Maria Clélia Pinto Coelho, assistente social, mestre em Políticas Sociais e coordenadora do Programa Municipal DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes (RJ).

31 de maio (quinta-feira)

Kinsey - Vamos Falar de Sexo
Direção: Bill Condon (EUA, 2004)
Gênero: Drama
Convidado: Leonardo Marques Pessanha, assistente social do Programa Municipal DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes (RJ) e diretor do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região / Seccional Campos.

Em Debate

A mulher na luta contra a

A tradicional passeata das mulheres no centro do Rio de Janeiro, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher mais uma vez, usou o tema pela igualdade de direitos e contra a violência. E desta vez com uma grande conquista para celebrar, pois como consequência da luta do movimento de mulheres foi sancionada a Lei Maria da Penha (veja detalhes da Lei no box). Mas a área da saúde também ganhou destaque. Este ano, como parte das comemorações do Dia da Mulher, o governo brasileiro lançou duas iniciativas para conter a Aids entre mulheres. O aumento do número de casos de HIV na população feminina durante a última década tem preocupado autoridades, instituições especializadas e o movimento social organizado. Para lidar com o problema, foi elaborado o Plano de Enfrentamento da Feminização da Aids e outras DST. Junto com esse plano o governo também lançou no dia 7 de março, no Rio de Janeiro, a Campanha de Prevenção contra DST/Aids no PAN. No ano em que o Brasil sedia os Jogos Pan-americanos, a idéia é disseminar mensagens e kits de prevenção durante os jogos. Tanto o Plano quanto a Campanha são frutos de um trabalho de articulação entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Esporte, a Área Técnica de Saúde da Mulher e o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde.

No que se refere ao combate à violência contra a mulher, de acordo com a enfermeira Isabel Cruz, que também é professora doutora na Universidade Federal Fluminense (UFF), a notificação da violência doméstica é compulsória para os profissionais de saúde em qualquer unidade assistencial. A simples suspeita de violência doméstica ou qualquer outro tipo de agressão deve ser notificada, em impresso próprio, aos órgãos competentes como Conselho Tutelar, DEAM, entre outros, pois há uma Norma Técnica do Ministério da Saúde e uma Resolução Estadual sobre notificação que orientam os profissionais na prevenção da violência ou diagnóstico precoce para mulheres, idosos e crianças. Ela acredita que a Lei Maria da Penha deve ser reforçada com a atuação contundente dos profissionais de saúde na luta contra a violência doméstica, assim como prevenir e tratar a síndrome da pessoa espancada nas vítimas de violência doméstica. Em sua opinião, os sistemas das unidades de saúde devem ser articulados com os organismos do legislativo e do judiciário. Também deve haver um investimento na capacitação dos profissionais de saúde, a fim de contribuir para a prevenção da violência ou diagnóstico e tratamento precoces. Sugere ainda que o assistente social, profissional que tem essa competência, verifique se essa rede de notificação compulsória está funcionando.

Isabel explica que cuidar da saúde transcende ao cuidado físico e biológico. Por isso, hoje ela atua "na defensoria dos usuários do Sistema de Saúde", em um plano mais político, buscando a garantia do direito ao atendimento para todos. Faz uma crítica ao Sistema Único de Saúde (SUS). Diz que as Unidades de Atenção Básica não estão estruturadas para prestar assistência à comunidade. Os postos de saúde funcionam das 9h às 17h, nos dias úteis, o que, na opinião de Isabel, já exclui toda a população ativa



“A principal doença que afeta a população negra é o racismo”

Isabel Cruz

(formal e, principalmente, do mercado informal) de homens e mulheres. O atendimento acaba sendo restrito às mulheres que não trabalham, aposentadas e crianças. No que se refere à mulher, a assistência à saúde está reduzida à área reprodutiva e ainda assim, segundo ela, sem qualidade, pois há baixa cobertura pré-natal, alto índice de mortalidade perinatal e de cesarianas, entre outros agravos.

Integrante do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, do Ministério da Saúde, Isabel afirma que a principal doença que afeta a população negra é o racismo. Em princípio, não se pode afirmar categoricamente que

há uma discriminação no atendimento aos negros, pelos simples fato de ter a pele preta. Mas os resultados de pesquisas estão aí para comprovar que a situação é mais complexa do que parece, revelando profundas iniquidades. Ao avaliar dados comparativos é possível comprovar que os números apontam resultados negativos para a população negra. Morrem mais mulheres negras nas maternidades e com doenças mórbidas. Há mais descaso com essa população. Mas a questão do racismo ainda é muito dissimulada e será necessário trabalhar mais com os profissionais que atuam na ponta do atendimento. O Comitê tem algumas

estratégias para esse enfrentamento, mas para Isabel, ainda muito tímidas. O que não quer dizer que não possam ser ampliadas e melhoradas. A existência de uma Política Nacional de Saúde da População Negra e do próprio comitê já é um avanço, avalia.

Avanço Político

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criada na primeira gestão do Governo Lula, em 2003, segundo a assistente social Marisa Chaves, foi uma grande conquista na luta das mulheres. Entre os

violência

principais avanços apontados por ela está a capacidade de interferir nos orçamentos de outros ministérios. Há uma articulação com as coordenadorias, assessorias e secretarias em todo o Brasil, que atualmente totalizam 113. Com isso, também gera uma articulação entre as políticas de Saúde, Assistência, Segurança Pública e Direitos Humanos.

Marisa Chaves, que está à frente da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, implantada em janeiro de 2005, ligada à Superintendência de Atenção Integral à família e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de São Gonçalo, conta que a sua história profissional se confunde com a história dos avanços na luta contra a violência doméstica. Lembra que atuou junto à implementação do Serviço Social na Delegacia de Polícia Distrital (72a DP/SG). No cotidiano da intervenção profissional, a assistente social percebeu a discriminação a que as mulheres eram submetidas ao sofrer qualquer ato de violência. A partir dessa atuação, foi organizado um comitê de mulheres, que acabou fundando o 1º Núcleo de Atendimento à Mulher, em 1988. A necessidade de organização foi crescendo e, em articulação com outros movimentos, foi criado o Movimento de Mulheres em São Gonçalo. O Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (Ceom) é uma das conquistas políticas que vem junto com a luta pela criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam/SG), que durou de 89 a 97. Ela diz que o Ceom, fundado em 1997, é o resultado de um processo ainda em construção, que funciona em conjunto com uma rede social em nível municipal, estadual e nacional e afirma que lá a violação dos direitos da mulher é tratada como uma questão interdisciplinar.

Marisa aponta a necessidade de criar uma política de monitoramento das próprias instituições que já existem para garantir os direitos da mulher. Também indica que há pouco parâmetro para afirmar dados e diz que a criação de um banco de dados seria fundamental, assim como pesquisas e uma

política nacional com orçamentos definidos. Ela acredita que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasps) deveria ser um órgão centralizador de dados. Hoje os dados são coletados de forma diferente nos Registros de Ocorrência (RO). Cada região e cada instituição faz de um jeito, o que impede a uniformização de dados. Dessa forma, dificulta a transversalidade das questões de gênero, etnia e religião, entre outras.

Um sistema de informação e padronização de dados, na opinião de Marisa, seria uma grande conquista, pois trabalharia em uma linha preventiva. Tornaria possível antecipar políticas públicas e ao mesmo tempo otimizar os recursos públicos para implementação dessas políticas. Entre os avanços desse sistema, ela aponta a hierarquização das ações que dariam metodologia aos atendimentos, além de respeitar as demandas. O investimento seria feito através de "um olhar focado para a realidade".

A coordenadora enfatiza que os profissionais de Serviço Social, que atuam nas instituições, têm um papel importante na capacidade de transformação da realidade, como a "desconstrução" do patriarcado, por exemplo. A sociedade vai gerando novos conceitos e valores aos poucos. Ela defende que é preciso construir uma cultura da não violência, criando uma condição afetiva onde a igualdade seja condição de desenvolvimento para toda a sociedade. A desigualdade entre homens e mulheres, para Marisa, gera conseqüências desastrosas. A violência de gênero promove um atraso no desenvolvimento do país e gera gastos públicos. O assistente social é um profissional que tem a responsabilidade de apontar outros referenciais para as crianças que sofrem qualquer tipo de violência doméstica.



“ Os profissionais de Serviço Social têm um papel importante na transformação da realidade ”

Marisa Chaves

Lei Maria da Penha

Sancionada no dia 7 de agosto de 2006 pelo presidente Lula, a Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (nº 11.340) está em vigor desde o dia 21 de setembro do ano passado. Batizada com o nome de Lei Maria da Penha, tem a proposta de trazer importantes mudanças na legislação, entre elas maior rigor nas punições para os casos de violência doméstica.

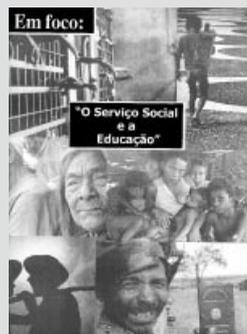
A homenagem foi feita à biofarmacêutica Maria da Penha Maia, que lutou 20 anos para condenar o marido Marco Antônio Heredia, que em 1983 tentou matá-la por duas vezes. Na primeira acertou um tiro na medula, deixando-a paraplégica e na segunda usou choques e afogamentos. O agressor foi preso em 2003 e permaneceu apenas dois anos no sistema prisional. Este foi o primeiro caso de violência doméstica analisado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) com base na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher.

Entre os principais avanços é possível citar o aumento de um para três anos de pena máxima para os casos de agressão doméstica. Alterou o Código Penal permitindo a prisão em flagrante para os agressores. Permiteu o decreto da prisão preventiva e acabou com as chamadas penas pecuniárias, em que o agressor ficava sujeito apenas a distribuição de cestas básicas ou multas. Outro ponto de destaque da Lei é que vale para relacionamentos homossexuais.

Em caso de risco, a nova lei determina que o agressor seja afastado da residência e proibido de se aproximar da família. As vítimas têm o direito de reaver bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor. A violência psicológica também passa a ser caracterizada como violência doméstica a partir dessa lei, que também determina a criação de juizados especiais para cuidar destes casos.

Publicações à venda no Cress

**Cartilha
"Serviço Social
em Hospitais"**



Em Foco:
O Serviço Social e a Educação - R\$ 10,00*
O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico - R\$ 10,00*
Serviço social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social - R\$ 10,00*
Atribuições privativas do assistente social e o "serviço social clínico" - R\$ 10,00*

* Na compra de duas edições o valor é de R\$ 15,00

Vendas a partir de maio

Assistente Social -
Ética e Direitos, 4ª ed.
R\$ 15,00

Superando Desafios
R\$ 15,00



Prática Serviço Social no Ceom

O Centro Especial de Orientação à Mulher (Ceom) Zuzu Angel está completando 10 anos de existência em 2007. Fundada no dia 28 de agosto de 1997, a instituição municipal, vinculada à Coordenadoria de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e de Trabalho da Prefeitura de São Gonçalo, tem como objetivo atender vítimas de violência doméstica, de gênero e sexual.

A orientação, com acompanhamento continuado pelos profissionais de Serviço Social, Psicologia e do setor jurídico, é o principal serviço oferecido, com o propósito de que as vítimas consigam romper com o ciclo de violência doméstica. O atendimento do Ceom, que mantém estreita parceria com a Secretaria e Fundação Municipal de Saúde (SG), também orienta e acompanha na área de educação em saúde mulheres que se encontram em situação de violência psicológica, física e sexual e homens autores de violência doméstica e de gênero.

De acordo com Roseli Rocha, atual coordenadora do Ceom e também conselheira do Cress/RJ, a instituição pública também tem como

objetivo realizar grupos reflexivos de gênero com mulheres e homens autores de violência, contribuir com o Poder Judiciário no atendimento às famílias envolvidas em situação de violência, sensibilizar e capacitar profissionais para atuarem na prevenção à violência doméstica e realizar palestras e debates sobre prevenção à violência doméstica e de gênero em escolas, associações de moradores, igrejas e instituições públicas e privadas.

Segundo a assistente social Roseli, que também é mestre em Política Social, a coordenação do Ceom é nomeada pelo prefeito e sempre foi ocupada por um profissional de Serviço Social. Ela relata que a porta de entrada da instituição é o Serviço Social.

São também os assistentes sociais os responsáveis pela construção do histórico social de quem está sendo atendido, que é o momento da escuta ativa, feita numa perspectiva de superação das violências. Por isso, explica Roseli, a reflexão sobre os processos de construção da cultura de supremacia masculina (cultura patriarcal) e do ciclo da violência é fundamental para o fortalecimento da mulher em suas decisões e valorização de sua auto-estima na

perspectiva de promoção de sua autonomia.

O Ceom prioriza a informação sobre os direitos e os processos de sua garantia, que é importante para que a vítima se sinta segura e determinada em agir por si mesma na concretização de suas decisões e no exercício de sua cidadania. Mas Roseli ressalta que no atendimento ao homem autor de violência, os processos de escuta, reflexão, informação e valorização do sujeito para o exercício da cidadania também são garantidos, pois a ruptura do ciclo de violência é o princípio básico para os objetivos e qualidade do atendimento, tendo a abordagem fundamentada numa perspectiva de relação de gênero. O Ceom não trabalha com a culpabilização, mas com a responsabilização.

Roseli Rocha garante que a equipe técnica do Ceom, que atualmente conta com três assistentes sociais, seis estagiárias de Serviço Social, três psicólogos, um advogado, cinco técnico-administrativos e quatro profissionais de apoio, atua de forma interdisciplinar. O assistente social faz o relatório social e os encaminhamentos necessários junto aos setores de psicologia,

jurídicos e outras instituições, como a Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, órgãos de Assistência Social, Movimento de Mulheres e para a área da Saúde.

O Ceom atua ainda como espaço de formação, sendo campo de estágio de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Além disso, recebe do Juizado Especial Criminal (Jecrim-SG) homens que cumprem penas e medidas alternativas de prestação de serviços à comunidade. Em parceria com o Jecrim, realiza palestras e cursos de capacitação junto a instituições de atendimento à violência doméstica, movimentos sociais e organizações comunitárias, entre outros. Roseli informa que o Ceom está inserido dentro das ações da Coordenadoria de Política para as Mulheres do município. Desde sua fundação já foram feitos cerca de 8.900 prontuários de atendimento à mulher, 313 de atendimento a homens e realizados cerca de 39.000 atendimentos a usuários.

O Ceom fica na Rua Camilo Fernandes Moreira s/nº, Neves (SG). Mais informações: 2628 8228.

Espaço COFI

Qualidade do Trabalho Profissional: Compromisso Ético do Assistente Social

As condições objetivas que vimos encontrando no trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização têm trazido para este Conselho a constante necessidade de discutirmos com a categoria algumas questões que se originam na articulação de duas dimensões da realidade: a institucional (as condições objetivas de trabalho) e a do perfil profissional (que envolve a qualidade do processo de formação das unidades de ensino).

A garantia de um trabalho de qualidade e comprometido com a concretização dos direitos dos usuários, dentro de quaisquer inserções dos assistentes sociais nas diversas áreas das políticas sociais públicas ou privadas, passa por uma série de condicionantes da prática profissional. É na objetivação do trabalho que se concretizam os valores éticos que apontam a direção no trato da questão social. Deve haver sintonia entre os princípios éticos da profissão e um trabalho que os viabilize no atendimento aos usuários. A busca por esta sintonia é incessante e irredutível, pois esta é o indicador capaz de demarcar a coerência entre o discurso e a prática, entre o sentido atribuído à profissão na sociedade e a sua operacionalização nos espaços sócio-ocupacionais.

A realidade do trabalho do Serviço Social hoje, a partir do panorama delineado pelo trabalho investigativo da COFI, demonstra algumas fragilidades que influenciam na qualidade da prática profissional, o que atinge a referida coerência entre o projeto profissional e a realidade concreta das ações institucionais. Uma destas fragilidades, por exemplo, se refere à questão das atribuições profissionais, já que, muitas vezes, o assistente social incorpora atribuições que não lhe dizem respeito e/ou abre espaço para que outros profissionais assumam atribuições do Serviço Social. Esta característica contribui negativamente no reconhecimento impreciso ou equivocado do Serviço Social (seja pelos usuários, pela instituição, pelos outros profissionais, pela sociedade em geral ou pelo próprio profissional, que se vê sem uma identidade qualitativamente definida). Os danos que derivam desta prática profissional vão muito além de uma

mera distorção de uma apreensão cognitiva, visto que esta gera, irredutivelmente, ações concretas junto aos usuários e que podem assumir caráter totalmente diverso e contrário ao da trajetória histórica do Serviço Social, que reinseriu num contexto de implementação de direitos sociais toda uma prática de ajuda caritativa (baseada na bondade humana).

Os agentes fiscais têm observado que alguns profissionais, no desenvolvimento do seu trabalho, estão se distanciando do fazer profissional do Serviço Social; ficando prisioneiros de uma visão burocrática e rotineira do papel do assistente social e, muitas vezes, atendendo apenas a demanda que chega até ele. Há uma redução do trabalho profissional no espaço imediato, inviabilizando a dimensão pedagógica que deveria estar intrínseca à intervenção do Serviço Social.

Devemos refletir sobre o grande número de profissionais que não utilizam a pesquisa, praticamente desconsiderando a perspectiva investigativa e científica da profissão. Desse modo, os assistentes sociais comprometem a amplitude qualitativa da avaliação de sua prática e da possibilidade de recriação da sua intervenção. Há uma relação empobrecida com a realidade, onde se faz a intervenção profissional, sem apreender as suas determinações e as mediações de demanda.

Este é um quadro preocupante, na medida em que a realidade é apreendida apenas na sua imediatidade, onde se lida com seus processos de forma intuitiva e no nível do conhecimento empírico. Presos nesta dimensão da realidade e do trabalho, daquilo que exige o fazer profissional, o assistente social não é capaz de prever e de projetar as ações para reverter o quadro identificado na direção da materialização das intencionalidades ético-políticas da profissão e direitos (de fato) da população usuária.

A maioria da categoria não avalia sua prática, pois não possui um projeto de intervenção que norteie qualitativamente seu trabalho. É impossível avaliar sem planejar e sem ter os parâmetros (comparativos) definidos, que viabilizariam esta avaliação que, quando realizada, seria meramente

institucional e funcionária como um instrumento, muitas das vezes, elaborado para dar conta da produtividade dos profissionais: baseada em dados quantitativos, normas e rotinas burocráticas. Mas a avaliação deveria ser estendida para uma análise sustentada por indicadores sociais, econômicos, políticos e culturais, o que diferenciaria a prática profissional com a institucional. Esse dado compromete a qualidade do atendimento da demanda profissional, restringindo a execução do trabalho às respostas das demandas orientadas institucionalmente, sendo que estas se apresentam destituídas da direção ético-política da profissão.

O resultado deste processo é que o profissional se enfraquece e incorpora os objetivos institucionais como se fossem seus. Em decorrência disto, deixa de planejar a sua prática a partir das suas especificidades, pois o seu planejamento já está posto nos programas e projetos da instituição, que trabalha com dados e informações já determinados e selecionados de acordo com seus objetivos gerais. Os registros documentais também seguem a lógica institucional. No distanciamento da realidade, na falta de uma ação investigativa que construa os seus indicadores, perde-se a capacidade irredutível de acumular informações, de sistematização da prática profissional e de gerar conhecimento que viabilize o contraponto aos direcionamentos institucionais.

Não se pode reduzir a determinação de que a prática profissional qualificada perpassa as etapas do conhecimento sistematizado, do planejamento da ação, do estabelecimento de prioridades, estratégias e táticas, do monitoramento e da avaliação.

É através da avaliação e das ações que se mensura a efetividade da prática desenvolvida e surge a consolidação ou a necessidade de redimensionamento para melhor alcance da sua intencionalidade. No processo de avaliação é possível mensurar a coerência entre os discursos e as práticas realizadas e desconstruir as aparências profissionais e institucionais: tudo aquilo que foge da realidade concreta do vivido institucionalmente por todos e, principalmente, pelos usuários.

Nestes aspectos aqui discutidos, se faz imprescindível a capacitação continuada dos

profissionais. As transformações societárias no mundo contemporâneo vêm exigindo dos profissionais um maior comprometimento com a formação profissional, de modo que ampliem a sua capacidade de fazer uma leitura crítica dos processos sociais e das mudanças por eles sofridas, entendendo a realidade e propondo ações comprometidas com os direitos dos usuários e fundamentadas pelo projeto ético-político da categoria.

É fato que, no sentido da superação, toda esta situação não deve ser compreendida, de forma restrita, como responsabilidade exclusiva dos assistentes sociais, mas deve ser pensada a partir da qualidade do processo de formação profissional, passando pelo contexto institucional e das concretas condições de trabalho ofertadas. Não é desconhecido o fato de que muitas instituições, se apreendidas simples e unicamente pela variável das suas condições estruturais e físicas, mostram uma inadequação quanto ao fim social que demarca sua natureza original. Esta inadequação rebate diretamente nas condições de trabalho e no serviço prestado aos usuários. A COFI tem buscado formas e apoios para agir neste campo da garantia de condições (Ministério Público, por exemplo) dignas de trabalho e de atendimento. Mas até nesta dimensão é imprescindível o posicionamento ético e profissional dos assistentes sociais (Resolução CFESS nº 493/2006), que são os atores relevantes para a primeira identificação dos fatores que implicam na perda de qualidade do trabalho que executam junto à sociedade.

O projeto ético-político do Serviço Social é uma proposta de contraposição às atuais condições de vida que se impõem à grande maioria da população brasileira. Neste sentido, viabilizar individual e coletivamente esse projeto implica em enfrentar, cotidianamente, com o propósito de superar as adversidades institucionais, que não podem ser dicotomizadas, nas suas determinações, do atual modo de organização social, econômica e política.

Elias Azevedo da Silva
Agente fiscal do Cress/RJ

Sociedade debate redução da idade penal

Cress lança documento

O tema da segurança pública, de tempos em tempos, volta a chamar a atenção do Brasil. Em geral são debates provocados pela legítima revolta frente a fatos que desrespeitam quaisquer valores de promoção da vida.

Uma pesquisa aos jornais de qualquer grande cidade brasileira demonstraria, sem grandes dificuldades, que este tema entra e sai rapidamente da pauta da mídia nacional, em função de algum fato do cotidiano, fazendo com que diferentes setores da sociedade defendam raivosamente soluções das mais inadequadas para tais acontecimentos. O último destes episódios é bastante recente: um garoto de seis anos foi violentamente morto após o assalto do carro de seus pais.

Tais setores sociais mostram sua cara especialmente nestes momentos. Defendem, como solução, a criminalização ainda maior das diversas mazelas geradas pela sociedade desigual em que vivemos, com endurecimento de leis, aumento do número

de prisões, ataques a direitos fundamentais de determinadas classes sociais deste país. Afinal, quantos ricos estão atrás das grades? Recusam-se a reconhecer que a sociedade deva ir às origens dos problemas, explicá-los, tratá-los cientificamente e sem permitir que as emoções que atos bárbaros causam sobre nós interfiram isoladamente na definição das políticas públicas e/ou sociais voltadas para estas áreas.

Política pública de segurança

Nós, profissionais que lidamos com as expressões da questão social em nosso dia-a-dia, temos por responsabilidade ética e política conhecer mais profundamente este debate. Isto significa ir além das aparências e da reação espontânea, fazendo um esforço de relacionar tais manifestações com outros aspectos conjunturais. Embora possa parecer lugar comum, é inevitável relacionar a violência crescente nas grandes cidades

com características próprias da sociedade capitalista em que vivemos, como a profunda desigualdade de distribuição de renda, o desemprego, a banalização da vida ou a ausência de garantias de educação pública para as crianças e adolescentes, dentre vários outros.

Vários movimentos sociais vêm se debruçando sobre o tema da violência, apontando, já há alguns anos, a necessidade de reconstituir o conceito de segurança pública. Trata-se de apontar a necessidade de uma política pública de segurança, o que significa responsabilizar as instâncias estatais pela organização adequada das cidades, pela oferta de condições dignas de vida a suas populações, pela promoção de políticas que respeitem, efetivem e ampliem seus direitos civis, políticos e sociais.

Tais propostas vêm sendo apresentadas a diversos governos e a instâncias internacionais de defesa dos direitos humanos, constituindo-se em uma série de denúncias

e propostas para solucionar questões que envolvem o direito à segurança.

Mobilização

Ciente da competência e da responsabilidade do Serviço Social para tratar tais questões, o CRESS-RJ resolveu tornar pública nota que afirma que reduzir a maioria penal agrava a violência contra toda a sociedade brasileira (veja abaixo).

A direção do CRESS convida toda a categoria a se manifestar ao Senado e ao Congresso Nacional no sentido de que não se renda às análises limitadas e momentâneas de uma questão tão importante para a vida da população brasileira. Como o texto também afirma, o cumprimento efetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente pode localizar este debate em um patamar superior, de forma a viabilizar políticas que em curto e médio prazo contribuam para modificar o quadro de violência a que atualmente nos vemos submetidos.

Reduzir a maioria penal agrava a violência contra toda a sociedade brasileira

Novamente presenciamos ampla campanha pela redução da maioria penal. Desta vez, motivada pelo injustificável e brutal crime contra a vida de uma criança de seis anos, promovido por jovens e adolescentes com menos de vinte anos de idade. Animados com a legítima revolta popular, setores conservadores da sociedade brasileira pressionam pela redução da maioria penal dos atuais dezoito anos para dezesseis. Utilizam argumentos que não se sustentam do ponto de vista das ciências humanas e sociais, dos diversos documentos e organismos internacionais de defesa e promoção dos direitos humanos nem da realidade nacional.

Neste quadro, precisamos nos atentar, dentre outros, para os fatos que se seguem.

- O percentual de delinqüência juvenil no Brasil é inferior à média de 55 países pesquisados periodicamente pela ONU. Enquanto no Brasil a participação de jovens na criminalidade se situa em torno de 10%, a média destes países chega a 11,6%; no Japão, país em que a idade penal é de 20 anos, os jovens representam 42,6% dos infratores. Segundo o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção e Tratamento do Delinqüente (ILANUD) estes atos infracionais são, em sua grande maioria, furtos (cerca de 50%), com apenas 8% podendo ser interpretados como crimes contra a vida.

- O Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, documento que determina a proteção integral de todos os meninos e meninas. Segundo o UNICEF (órgão das Nações Unidas voltado para a infância e a juventude), o não cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das medidas que traz altos custos para o país em relação ao rumo que tomam as vidas de suas crianças e jovens.

- Dois países do chamado "primeiro mundo" adotam idade menor de 18 anos como critério para definição legal de adulto e, portanto, para a punição de adolescentes que não tenham

completado esta idade: Estados Unidos e Inglaterra. A invasão do Iraque é demonstração bastante ilustrativa de como tais países investem em sua juventude: seguramente ela é utilizada como frente de batalha em guerras contra a humanidade. Os EUA, por exemplo, perderam mais vidas de jovens na guerra do que no ataque às Torres Gêmeas que, segundo a retórica americana, justificou a invasão do Iraque.

- Não há dados empíricos que comprovem que a redução da idade penal implique em diminuição dos índices de criminalidade nacionais. Ao contrário: os adolescentes são recrutados cada vez mais cedo para a criminalidade, uma vez que as políticas sociais de atenção integral à criança, ao adolescente e à família não recebem verbas suficientes para viabilizar-lhes condições de vida minimamente dignas.

- A política de aprisionamento em vigor tem demonstrado não combater efetivamente a violência e a criminalidade, nem oferecer condições para que o sujeito reconduza sua vida em trajetórias mais qualitativas. O Estado brasileiro não tem proporcionado aos aprisionados condições para que isso se efetive, como oferta de oportunidades de estudo e trabalho durante o período de cumprimento de suas penas.

Desta forma, e coerente com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, o Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região (RJ) vem a público convocar a categoria e a população em geral a não aceitar argumentos fáceis como suposta solução para problemas que têm sua raiz no modelo excludente de sociedade hoje vigente no Brasil. Defender a vida significa contribuir para que nossas crianças e adolescentes possam desfrutá-la integralmente.

Sugerimos a todos os que se preocupam com o futuro da humanidade e das próximas gerações que se manifestem à presidência do Senado Nacional e da Câmara de Deputados, pressionando para que não se altere a idade penal e para que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja efetivamente implementado,



de forma que nossas crianças e adolescentes sejam a prioridade do país.

Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região Rio de Janeiro
Fevereiro de 2007

Os dados acima citados têm como fonte artigos acessíveis em www.andi.org.br

Para mais informações visite as páginas eletrônicas do CONANDA, do UNICEF, da ANDI, da Fundação Abrinq e de outras entidades que se dedicam a pensar o futuro de nossas crianças e adolescentes.

Manifeste-se à Presidência do Senado:

e-mail:
renan.calheiros@senador.gov.br
fone: 0800-612211

Manifeste-se à Presidência da Câmara dos Deputados:

e-mail:
dep.arlindochinaglia@camara.gov.br
fone: 0800-619619

ATENÇÃO

O Cress/RJ elaborou um outro documento enviado no dia 30 de março de 2007 à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), aos cuidados do presidente, deputado federal Leonardo Picciani, com a proposta de contribuir para as decisões desta instância e reiterar a defesa de que sejam tomadas urgentes e efetivas medidas em direção ao real cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e não em prol de sua deformação. A íntegra do documento pode ser conferida no site www.cressrj.org.br